

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA PROVISÓRIA**  
**Nº915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 915, DE 2019**

**Aprimora os procedimentos de gestão e  
alienação dos imóveis da União.**

**EMENDA ADITIVA N.º**

Acrescente, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 915,  
de 2019:

**Art.X** O Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, passa a vigorar com  
as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. Os títulos privados de propriedade situados  
nas alíneas “b”, “c” e “d” deste artigo, serão considerados  
legítimos se comprovada a cadeia dominial particular desde 5  
de outubro de 1988.

.....  
Art. 4º São terrenos marginais os que banhados pelas  
correntes navegáveis, fora do alcance das marés, até a  
distância de 2 (dois) metros, medidos horizontalmente para a  
parte da terra, contados desde a linha média das enchentes  
ordinárias.

Parágrafo único: A União concederá de forma gratuita aos  
particulares que ocupam as áreas do caput desde artigo, de  
forma direta, mansa e pacífica, por si ou por seus  
antecessores, anteriores 5 de outubro de 1988.

.....  
Art. 68.....



§ 1º Excetua-se dessa disposição os pagamentos que, na forma deste Decreto-lei, devam ser efetuados mediante desconto em folha.

§ 2º Os valores mencionados no *caput* não serão cobrados caso exista título legítimo de domínio particular do imóvel, com cadeia dominial privada comprovada na data de 5 de outubro de 1988.

.....”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta pretende permite aos particulares que ostentem título legítimo de propriedade ou ocupação mansa e pacífica das áreas situadas em ilhas, terrenos marginais e terrenos de marinha sua propriedade ou posse em consonância com os ditames da Constituição Federal de 1988.

O que ocorre na prática exige-se comprovação de cadeia dominial desde 1946, ano de edição do Decreto-Lei. Tal exigência é incompatível com a CRFB/1988 que define os bens da União.

Ademais, especialmente diante do lapso temporal demasiadamente extenso, torna-se desproporcionalmente penosa, não sendo possível, por vezes, diante da perda ou deterioração de documentos, ou, ainda, eventual extinção de Cartórios de Registro de Imóveis.

A previsão de um novo marco temporal, em que adveio nova ordem constitucional, a qual institui serem bens da União as ilhas costeiras, para comprovação da cadeia particular da propriedade se mostra mais razoável, proporcional e menos prejudicial ao particular que adquiriu imóvel de maneira legítima.

Sala da Comissão de fevereiro de 2020.

**Deputado José Mario Schreiner**  
**DEM/GO**

